CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

DIVULGAÇÃO/ALESP E REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Marcelo Aguiar(PL) e Fred Bruno estavam no bar Santo Cupido

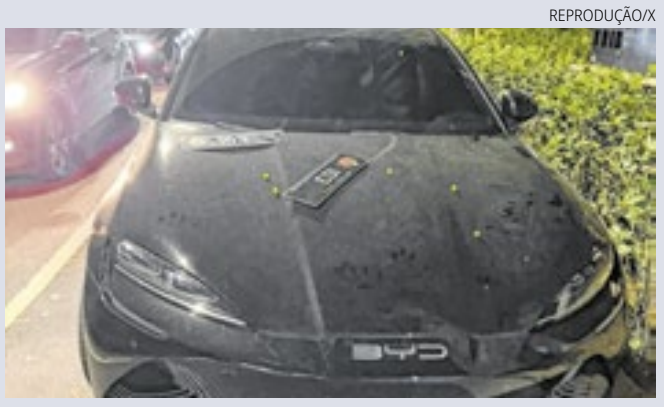
Disparo da arma de Marcelo Aguiar em bar atingiu apresentador de TV

O deputado estadual Marcelo Aguiar (PL) se envolveu em uma ocorrência com disparo de arma de fogo durante uma festa na madrugada de segunda-feira (19), em São Paulo. O tiro atingiu de raspão o pé do apresentador Fred Bruno, da TV Globo, que relatou, nas redes sociais, ter "sentido um forte impacto" e afirmou estar bem. O caso ocorreu no estabelecimento "O Santo", que confirmou o incidente e informou ter "acionado as autoridades". Em nota, o restaurante declarou que está colaborando com as investigações, permanece à disposição das autoridades, mas que "não fará novos comentários sobre o episódio". A assessoria do parlamentar negou que ele tenha sido preso e afirmou que Aguiar "estava sob efeito de medicamentos". As circunstâncias do disparo são apuradas pela polícia, que deverá esclarecer como a arma foi acionada e as responsabilidades pelo episódio.

Alesp vai apurar caso de deputado do PL

A Alesp informou que abriu apuração administrativa após placas de veículos oficiais serem encontradas em um carro que não integra sua frota, durante ocorrência envolvendo o deputado Marcelo Aguiar (PL). A Casa manifestou, em nota, "preocupação com o episódio", que segue sendo investigado pela polícia. As deputadas Ediane Maria e Monica Seixas, ambas do PSOL, acionaram na segunda-feira (19) o Conselho de Ética da Alesp. O colegiado deverá analisar a denúncia apresentada pelas parlamentares e seus desdobramentos.

REPRODUÇÃO/X



Placa de carro oficial da Alesp foi utilizada em veículo particular

Projeto de Lei prevê inscrição única na OAB

O deputado federal Delegado Palumbo (Podemos-SP) apresentou nesta segunda-feira (19) o Projeto de Lei 5.595/2026, que acaba com a exigência de inscrição suplementar na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A proposta permite que advogados atuem em qualquer estado com uma única inscrição, independentemente do número de processos. O texto também proíbe a cobrança de anuidades adicionais e prevê o cancelamento automático das inscrições suplementares existentes, caso a proposta seja aprovada e vire lei.

Fiesp reduz projeção do PIB para 2026

A Fiesp reduziu a projeção de crescimento do PIB brasileiro de 1,9% para 1,7% em 2026 e de 1,1% para 0,9% em 2027. O relatório de outubro estima queda de 0,4% da economia no terceiro trimestre, diante dos juros elevados e da perda de força da indústria, do varejo e dos serviços. A entidade aponta que um ajuste fiscal consistente pode favorecer a retomada dos investimentos e do consumo em 2027.

Locais de votação I

O TRE-SP informou que apenas três locais de votação terão alterações no segundo turno, em 25 de outubro. As mudanças ocorrem na capital paulista, em Presidente Prudente e São João da Boa Vista, afetando 10.162 eleitores. Os motivos incluem danos provocados por chuvas e reformas. A consulta pode ser feita pelo aplicativo e-Título.

Locais de votação II

O Ministério Público Eleitoral acionou o TSE para ampliar a divulgação das mudanças nos locais de votação no segundo turno. O órgão sugere avisos por WhatsApp e SMS, além de orientações presenciais. Segundo dados do TSE, 1.397 seções tiveram endereços alterados no país, afetando 402.599 eleitores. A votação ocorrerá no domingo, dia 25.

Pagamentos de jetons

O deputado federal Kim Kataguiri (Missão-SP) apresentou requerimento à Controladoria-Geral da União (CGU) solicitando informações sobre pagamentos de jetons a agentes públicos federais entre 2023 e outubro de 2026. O pedido inclui nomes dos beneficiários, valores recebidos, participação em conselhos de estatais e possíveis irregularidades.

Reunião de Comissão

A Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Alesp analisa nesta terça-feira (20), às 15h30, 18 projetos de lei e três requerimentos. Entre os temas estão os atrasos do BRT-ABC, problemas nos serviços da Sabesp e a interrupção do VLT em Santos. A pauta também inclui propostas de títulos para municípios paulistas e pedidos de alterações territoriais.

Suspeita de crime eleitoral

O deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL) apresentou requerimento à Secretaria da Segurança Pública de São Paulo pedindo esclarecimentos sobre a abordagem de quatro pessoas em Franca, no dia 15. O grupo portava panfletos contra Flávio Bolsonaro (PL) e foi conduzido à delegacia sob suspeita de crime eleitoral. O parlamentar questiona a atuação da PM.

Recurso de Érika Hilton

O TRE-SP deve julgar nesta terça-feira(20) um recurso de Erika Hilton(PSOL) contra decisão a favor de Ana Carolina Hering (Missão) por vídeo com críticas à deputada sobre contratação de assessores, viagem a show de Beyoncé e reembolso médico. O juiz Ronnie Herbert considerou que as declarações, embora imprecisas, não configuraram desinformação.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Texto é do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP)

Pontes propõe inelegibilidade de oito anos para ministros do STF

Projeto prevê restrição eleitoral após aposentadoria ou saída de ministros

Por **Andre Souza**

O senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) apresentou um projeto de lei complementar que estabelece um período de oito anos de inelegibilidade para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) após deixarem o cargo. A proposta altera a Lei Complementar nº 64, de 1990, conhecida como Lei das Inelegibilidades, e abrange integrantes e ex-integrantes da Corte.

Pelo texto, a restrição será aplicada a ministros que se afastarem por aposentadoria voluntária ou compulsória, exoneração ou perda do cargo, inclusive em decorrência de condenação por crime de responsabilidade. O prazo será contado a partir da data do desligamento. A proposta também alcança ministros que já deixaram o Supremo antes da entrada em vigor da eventual lei, desde que ainda estejam dentro do período de oito anos após o afastamento.

Na justificativa, Marcos Pontes argumenta que a medida busca evitar que a influência exercida por ministros durante a atuação no Judiciário seja utilizada em futuras disputas eleitorais.

O senador menciona que integrantes do STF participam de decisões relacionadas a parlamentares, partidos políticos e regras eleitorais. Além disso, três ministros do Supremo integram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável por julgar processos eleitorais e registros de candidaturas.

Atualmente, segundo a justificativa do projeto, ministros do STF que pretendem disputar eleições precisam deixar o cargo pelo menos seis meses antes do pleito.

REGRAS E APLICAÇÃO

O texto estabelece que a inelegibilidade de oito anos não substitui outras restrições previstas na Constituição, como a inabilitação para o exercício de função pública em determinadas condenações.

O projeto também determina que a nova regra não poderá ser aplicada às eleições realizadas até um ano após sua entrada em vigor, em cumprimento ao princípio constitucional da anterioridade eleitoral.

Marcos Pontes sustenta que a restrição não representa uma punição, mas uma medida preventiva para separar o exercício da função judicial da atividade político-partidária.

Para entrar em vigor, a proposta ainda precisa passar pela tramitação legislativa e receber aprovação do Congresso Nacional, além da sanção presidencial.